

2



Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

Procedimentos do Programa de Eficiência Energética – PROPEE

Módulo 2 – Gestão do Programa

Revisão	Motivo da Revisão	Instrumento de revisão pela ANEEL	Data da vigência
1	Correções e aperfeiçoamentos	Publicação de Retificação no Diário Oficial da União	27/09/2013

Módulo 2 – Gestão do Programa

ÍNDICE

ÍNDICE	2
SEÇÃO 2.0 – INTRODUÇÃO	3
1 APRESENTAÇÃO	3
2 OBJETIVO	3
3 ABRANGÊNCIA	3
4 CONTEÚDO	3
5 DAS ALTERAÇÕES DESTA REVISÃO	3
SEÇÃO 2.1 – PLANO DE GESTÃO	4
1 OBJETIVO	4
2 VIGÊNCIA	4
3 RECURSOS	4
4 APLICAÇÕES	5
5 GERENTE DO PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	6
SEÇÃO 2.2 – AUDIÊNCIA PÚBLICA	7
1 OBJETIVO	7
2 OBJETIVOS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA	7
3 FORMA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA	7
4 RECURSOS PARA A AUDIÊNCIA PÚBLICA	8
SEÇÃO 2.3 – MARKETING E DIVULGAÇÃO	9
1 OBJETIVO	9
2 CUSTOS ADMINISTRATIVOS	9
3 LOGOMARCA DO PEE	9
4 RECONHECIMENTO DOS RECURSOS	10
REFERÊNCIAS	11

Assunto: Introdução	Seção: 2.0	Revisão: 1	Data de Vigência: 27/09/2013	Página: 3 de 11
------------------------	---------------	---------------	---------------------------------	--------------------

SEÇÃO 2.0 – INTRODUÇÃO

1 APRESENTAÇÃO

- 1.1 Este módulo ([Módulo 2 – Gestão do Programa](#)) apresenta os aspectos gerenciais que permeiam as ações do PEE e os recursos que serão destinados aos Planos de Gestão das distribuidoras.

2 OBJETIVO

- 2.1 Estabelecer as diretrizes para a elaboração e a execução do Plano de Gestão de cada distribuidora, que prevê o uso de recursos do PEE para a gestão do Programa e a divulgação dos projetos realizados e resultados alcançados.
- 2.2 Estabelecer as fontes e limites de receita dos Planos de Gestão.
- 2.3 Estabelecer as despesas permitidas nos Planos de Gestão.

3 ABRANGÊNCIA

- 3.1 Cada distribuidora poderá ter seu próprio Plano de Gestão, conforme definições abaixo. No caso de ações de gestão cooperativas, a distribuição dos custos deverá ser feita de comum acordo entre as distribuidoras cooperadas, respeitando-se o limite de gastos de cada uma.

4 CONTEÚDO

- 4.1 Este Módulo é composto de 3 (três) seções, além da Introdução:
 - a) Seção 2.0 – INTRODUÇÃO
 - b) Seção 2.1 – PLANO DE GESTÃO – descreve os diversos aspectos que regem o Plano de Gestão.
 - c) Seção 2.2 – AUDIÊNCIA PÚBLICA – descreve os princípios e procedimentos que regem este instrumento de participação da sociedade no PEE.
 - d) Seção 2.3 – *MARKETING* E DIVULGAÇÃO – apresenta os diversos aspectos que serão usados para divulgação dos princípios, objetivos, mecanismos e resultados do PEE.

5 DAS ALTERAÇÕES DESTA REVISÃO

- 5.1 Não aplicável nesta revisão.



Assunto: Plano de Gestão	Seção: 2.1	Revisão: 1	Data de Vigência: 27/09/2013	Página: 4 de 11
-----------------------------	---------------	---------------	---------------------------------	--------------------

SEÇÃO 2.1 – PLANO DE GESTÃO

1 OBJETIVO

- 1.1 Estabelecer o objetivo, as fontes de recursos e as ações permitidas no Plano de Gestão, visando propiciar às distribuidoras condições para uma gestão eficiente dos recursos empregados e avaliação da eficácia ou efetividade das ações realizadas.

2 VIGÊNCIA

- 2.1 Cada plano deve ter vigência de 24 meses, com apresentação das atividades e dos investimentos previstos e descrição dos resultados esperados.
- 2.2 No ano em que se encerra um plano, a distribuidora poderá propor, no mês de março, um novo Plano de Gestão, que deverá iniciar em 1º de abril do ano em que é proposto e encerrar-se 24 meses depois, ou seja, em 31 de março do segundo ano subsequente.
- 2.3 Excepcionalmente, a distribuidora poderá propor Plano de Gestão com vigência até 31/03/2014, desde que sejam atendidas as condições e os limites estabelecidos nesta seção.

3 RECURSOS

- 3.1 O valor total disponível para cada ano do Plano de Gestão não deverá ultrapassar 5% do investimento anual obrigatório para o PEE, calculado com base na ROL apurada no período de janeiro a dezembro do ano anterior, e limitado a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) por ano. Como o Plano de Gestão deverá ter duração de 24 (vinte e quatro) meses, o seu valor total não deverá ultrapassar o dobro do limite anual permitido.
 - 3.1.1 O plano poderá ultrapassar o limite definido no item 3.1 acima caso venha a agregar recurso remanescente nas situações abaixo descritas:
 - a) Se após a avaliação do Plano de Gestão não for reconhecida pela ANEEL a totalidade dos gastos, a distribuidora poderá acumular a diferença entre o valor limite definido no parágrafo 3.1 e o valor reconhecido pela ANEEL e, posteriormente, aplicar esta diferença no seu próximo Plano de Gestão.

O reconhecimento do investimento realizado está condicionado à aprovação do Relatório Final do Plano de Gestão, o qual deverá ser enviado em até 60 (sessenta) dias após a data de sua conclusão e onde deverão constar as atividades realizadas, os resultados alcançados e gastos incorridos.
 - b) Quando a distribuidora não utilizar o valor limite definido no item 3.1 no Plano de Gestão de um determinado biênio, pode acumular o valor para o biênio seguinte.



Assunto: Plano de Gestão	Seção: 2.1	Revisão: 1	Data de Vigência: 27/09/2013	Página: 5 de 11
-----------------------------	---------------	---------------	---------------------------------	--------------------

4 APLICAÇÕES

4.1 As seguintes ações e atividades poderão ser custeadas com os recursos individuais do Plano de Gestão de cada distribuidora ou de forma cooperativa:

- a) Treinamento de pessoal próprio para gestão do programa
- b) Capacitação de pessoal próprio para execução de projetos, inclusive para medição e verificação de resultados
- c) Participação de pessoal próprio em seminários e oficinas (*workshops*) relacionados com os programas de eficiência energética
- d) Ações de *marketing* e divulgação do programa
- e) Aquisição de equipamentos necessários para a realização de medição dos resultados
- f) Aquisição de sistemas de gestão informatizados
- g) Despesas de viagem, alimentação, passagens, locação de veículos e material de consumo, desde que relacionadas a atividades de gestão do programa
- h) Remuneração dos membros da equipe de gestão do PEE da distribuidora, que deverão pertencer ao seu quadro efetivo

4.2 Visando ao aprimoramento regulatório ou gerencial do PEE, as seguintes atividades poderão ser incluídas no Plano de Gestão, sem que os gastos incorridos sejam considerados na composição do valor-limite definido no item 3.1:

- a) Estudos para avaliação de permanência de resultados de projetos e do programa
- b) Realização de Audiência Pública do programa
- c) Apoio à realização do SEENEL – Seminário de Eficiência Energética do Setor Elétrico
- d) Estudos para definição de metas do PEE
- e) Estudos para definição de indicadores, além de aquisição de dados e cálculo de indicadores de desempenho do PEE
- f) Atividades de avaliação do PEE, como definido no [Módulo 9 – Avaliação dos Projetos e Programa](#)
- g) Auditoria contábil e financeira dos projetos e do programa de eficiência energética (PEE)
- h) Chamada Públicas de Projeto de eficiência energética
- i) Processo de validação de M&V.



Assunto: Plano de Gestão	Seção: 2.1	Revisão: 1	Data de Vigência: 27/09/2013	Página: 6 de 11
-----------------------------	---------------	---------------	---------------------------------	--------------------

- 4.2.1 A ANEEL definirá as cotas/parcelas que cada distribuidora poderá destinar para as atividades listadas no item 4.2 até o mês de fevereiro de cada ano. Exceto para as despesas relativas a realização de audiência pública do programa, auditoria contábil e financeira e chamadas públicas de projetos de eficiência energética,

5 GERENTE DO PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

- 5.1 A distribuidora de energia elétrica deverá designar um Gerente de Programa, que será seu preposto na interlocução com a ANEEL e Agência Conveniada, quando houver.
- 5.1.1 O Gerente de Programa deverá ser membro do quadro efetivo da distribuidora e estar cadastrado no Sistema de Gestão de Eficiência Energética da ANEEL.
- 5.1.2 A solicitação de cadastramento do Gerente deverá ser feita por escrito pela distribuidora à ANEEL por meio do envio de Correspondência formalizando o pedido que deverá conter os seguintes dados: nome completo, CPF, endereço comercial, telefone comercial, e-mail e formação acadêmica.



Assunto: Audiência Pública	Seção: 2.2	Revisão: 1	Data de Vigência: 27/09/2013	Página: 7 de 11
-------------------------------	---------------	---------------	---------------------------------	--------------------

SEÇÃO 2.2 – AUDIÊNCIA PÚBLICA

1 OBJETIVO

- 1.1 Estabelecer os objetivos, a forma, recursos e ações para a realização da Audiência Pública.

2 OBJETIVOS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

- 2.1 Com o objetivo de dar transparência e publicidade aos projetos realizados e colher subsídios para elaboração de novos projetos, a empresa deverá publicar, Audiência Pública que deverá ficar disponível no site da distribuidora, onde deverão ser destacadas informações tais como o saldo da Conta de PEE e informações sobre os projetos concluídos pela distribuidora, e aprovados pela ANEEL, no ano anterior.
- 2.2 A Audiência Pública deverá:
 - a) Apresentar os resultados dos projetos realizados no ano anterior
 - b) Colher sugestões para a realização de novos projetos de eficiência energética
 - c) Colher subsídios e informações diretamente dos interessados em projetos de eficiência energética
 - d) Propiciar aos consumidores possibilidade de encaminhamento de seus pleitos, opiniões e sugestões
 - e) Identificar, o máximo possível, todos os aspectos relevantes à matéria objeto da Audiência Pública
 - f) Dar transparência e publicidade ao PEE.

3 FORMA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

- 3.1 No mês de março de cada ano, a empresa deverá publicar um aviso sobre a abertura da Audiência Pública em Diário Oficial e jornal local de grande circulação. O aviso deverá conter, no mínimo as seguintes informações: Identificação que trata-se do programa de eficiência energética instituído pela lei nº 9.991/2000, identificação da distribuidora, endereços para correspondência (endereço postal e de correio eletrônico); Endereço eletrônico da página da empresa com as informações dos projetos. .



Assunto: Audiência Pública	Seção: 2.2	Revisão: 1	Data de Vigência: 27/09/2013	Página: 8 de 11
-------------------------------	---------------	---------------	---------------------------------	--------------------

- 3.2 A divulgação das informações que permitam uma participação efetiva será feita com antecedência de forma ampla, incluindo:
- a) Informações dos projetos realizados, em realização e programados contendo, no mínimo:
 - i. título
 - ii. objetivos
 - iii. abrangência (município, bairro, número de unidades consumidoras)
 - iv. energia economizada
 - v. demanda evitada no horário de ponta
 - vi. impactos sociais e ambientais e duração esperada dos benefícios
 - vii. investimentos previstos/realizados
 - viii. custo da demanda evitada (R\$/kW)
 - ix. custo da energia economizada (R\$/kWh)
 - x. Relação Custo Benefício – RCB.
 - b) Indicadores de desempenho, conforme o [Módulo 9 – Avaliação dos Projetos e Programa](#).
 - c) Previsão das Chamadas Públicas para o ano vindouro: tipologia, valor, período.
- 3.3 A empresa deverá manter em caráter permanente um e-mail para recebimento de correspondências relativas à realização de seu PEE. Adicionalmente, deverá ser disponibilizada uma página de internet com as informações dos projetos concluídos no ano anterior e já previstos para execução no ano seguinte. Com o objetivo de facilitar o acesso a essas informações, um atalho para a página do PEE deverá ser incluído na página principal da empresa.
- 3.4 Os seguintes documentos deverão ser arquivados pela concessionária ou permissionária e permanecer na empresa à disposição da equipe de fiscalização da ANEEL ou Agência Conveniada.
- a) cópia do Aviso de Audiência Pública publicado no diário oficial do(s) Estado(s) e nos jornais de grande circulação do(s) Estado(s)/Município(s), que compõe(m) a área de concessão;
 - b) relatório de análise das contribuições recebidas.
- 3.5 As empresas concessionárias com mercado de venda de energia menor que 1.000 GWh/ano poderão realizar as audiências públicas a cada dois anos.

4 RECURSOS PARA A AUDIÊNCIA PÚBLICA

- 4.1 As despesas relativas ao planejamento e à execução da Audiência Pública serão custeadas com recursos do PEE, conforme o item 4.2 b) acima.



Assunto: <i>Marketing e Divulgação</i>	Seção: 2.3	Revisão: P-2	Data de Vigência: 11/04/2012	Página: 9 de 11
---	---------------	-----------------	---------------------------------	--------------------

SEÇÃO 2.3 – MARKETING E DIVULGAÇÃO

1 OBJETIVO

- 1.1 Dar publicidade e transparência às ações realizadas e aos resultados alcançados, visando à disseminação do conhecimento gerado e das práticas utilizadas e à promoção da eficiência energética em todas as classes de consumidores e usos finais.

2 CUSTOS ADMINISTRATIVOS

- 2.1 Os custos de marketing e divulgação somados aos custos administrativos não poderão ultrapassar o limite de 5% do valor do projeto. No caso do plano de gestão, não há limite para o investimento em marketing.
 - 2.1.1 Este valor deverá ser considerado no cálculo da Relação Custo Benefício – RCB do projeto. Os valores deverão ser discriminados e contabilizados de forma detalhada, para que possam ser devidamente avaliados.

3 LOGOMARCA DO PEE

- 3.1 O objetivo da logomarca é criar uma identidade visual para o PEE, para que suas ações e respectivos resultados sejam divulgados e compreendidos pela sociedade como instrumentos de uma política pública de estímulo à eficiência energética em todas as classes de consumidores e usos finais.
- 3.2 A logomarca do PEE está disponível para *download* na página da internet da ANEEL, devendo sempre ser usada sem distorções, ou seja, mantendo-se a relação altura x largura e sem cortes, de acordo com as regras estabelecidas no Manual de Identidade Visual do PEE.
- 3.3 A logomarca do PEE deverá vir sempre acompanhada da logomarca da Aneel e deve ser usada em todos os documentos, reportagens, divulgação de projetos, eventos e demais ações com apresentação de imagens envolvendo o PEE.
- 3.4 A logomarca poderá ser usada em uma das formas disponibilizadas no site da ANEEL e deverá ter tamanho semelhante ou maior e posição de destaque em relação a outras logomarcas de demais instituições envolvidas no projeto, quando houver.
- 3.5 Em toda apresentação em evento, nacional ou internacional, de artigo resultante de projeto de PEE, deverá ser feita menção ao Programa de Eficiência Energética regulado pela ANEEL.
- 3.6 Além da logomarca, em qualquer veiculação de notícia, deverá ser mencionado o Programa de Eficiência Energética e a fonte do recurso.
- 3.7 É proibida qualquer vinculação entre o PEE e programas ou matérias de natureza político-partidária **ou de interesse privado**.



Assunto: <i>Marketing e Divulgação</i>	Seção: 2.3	Revisão: P-2	Data de Vigência: 11/04/2012	Página: 10 de 11
---	---------------	-----------------	---------------------------------	---------------------

4 RECONHECIMENTO DOS RECURSOS

- 4.1 Caso as determinações relativas à logomarca e divulgação do PEE não obedeam às regras definidas nesta Seção, os recursos empregados no projeto de eficiência energética ou em ações de gestão não serão reconhecidos, isto é, não serão abatidos das obrigações legais a que se refere à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.



Revisão: 1	Data de Vigência: 27/09/2013	Página: 11 de 11
---------------	---------------------------------	---------------------

REFERÊNCIAS

ANEEL – AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA . **Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE (vigente em 2010)**. Brasília – DF: ANEEL, 2010.

